

## ENTREVISTA

**O Trabalho  
de Tecer  
a Vida****Vasco Santos em Conversa  
com Carlos Amaral Dias**

*Carlos Amaral Dias é o contrário de Monsieur Teste, esse cidadão ideal que não diz, que não faz nada.*

*A entrevista que aqui se publica realizou-se em 2005. Convocámo-la hoje, uma vez que o seu interesse se mantém. Não é a vida dita biográfica, a vida toda, histórica, de um sujeito, tarefa essa desejante de uma totalidade falsa, o que nos moveu. Antes uma inclinação do olhar sobre um dos mais centrais psicanalistas portugueses contemporâneos. Aliás, só mesmo a ficção retrata verdadeiramente a vida.*

V S – Gostaria que falasse um pouco da sua infância e desta atitude que permite dizer: “tive uma infância feliz”; trabalho também esse de uma espécie de reconstrução imaginária do próprio tempo.

CAD – Não tive propriamente uma infância feliz. Sou filho único, os meus pais eram ambos enfermeiros, e o meu pai tinha uma visão de vida muito ligada à ideia de construção da sua clínica, de tal sorte que sacrificou e amputou muitas das partes da vida à ideia da realização desse projecto, que construiu: é a Clínica de Santa Filomena em Coimbra. Vivi na Clínica dos Olivais, também em Coimbra, entre os meus primeiros meses de vida e os 7-8 anos, quando fui para a Clínica de Santa Filomena da qual só vim a sair para ter a minha primeira casa aos 9 anos. Não posso dizer que tenha tido uma infância feliz já que tive o meu primeiro quarto, como espaço próprio, aos 9 anos. Antes disso vivi em clínicas, com tudo o que foram experiências, do ponto de vista sensorial e perceptivo, absolutamente tremendas e de grande violência. Na primeira clínica onde vivi, o quarto em frente ao meu, era onde se faziam os electrochoques e, na altura, não se faziam os electrochoques com anestesia. O doente entrava numa espécie de crise epiléptica induzida através da postura dos eléctrodos, e aquilo era de uma violência impressionante. Via, também, frequentemente, a passagem de baldes de alumínio cheios de pedaços de órgãos internos que saíam dos blocos operatórios para outras partes do edifício da clínica. Vivia numa espécie de R/C-cave, via passar esses baldes e lembro-me perfeitamente de ter tido, aos meus 2-3 anos, o que sei hoje ser uma alucinação visual. As escadas interiores vinham oblíquas, vinca-vam-se num patamar e depois voltavam a abrir para baixo, e o meu quarto era nesta parte de baixo onde existia uma mesa que tinha provavelmente coisas ligadas à enfermagem. Lembro-me de ter tido uma alucinação, de ver o meu corpo completamente coberto de baratas, em cima daquela mesa. Tive um horror, algo a que Bion chamaria de *terror sem nome*. Descobri, também nessa altura, a sexualidade, fiquei a saber que se injectava urina das grávidas nas orelhas das coelhas porque era assim que se ficava a saber se as mulheres estavam grávidas – não havia outra forma de o fazer. Era um mundo tremendamente perceptivo e sensorial. Tive uma infância em que o recurso, quase imperioso, de dar significado verbal, acústico e simbólico, ao mundo que me rodeava era de tal maneira sumamente intenso, que tenho a consciência, hoje, de que se não tivesse feito isso muito precocemente, provavelmente, teria entrado num mundo enlouquecedor – porque era aterradora a explosão sensorial que me rodeava em criança.

V S – Nesse mundo desolado, kafkiano, o psiquismo desenvolve a cognição precocemente para sobreviver.

CAD – Muitos psicanalistas explicam isso. Em primeiro lugar Winnicott, que explica a hiperamaturação cognitiva das crianças que são “vítimas” de um bombardeamento sensorial que é incongruente ou inconsequente, a menos que a criança muito rapidamente lhe atribua significações precoces de maneira a poder organizar uma outorgação mínima de significado e de racionalidade a um mundo que, de outra maneira, não teria significado nem racionalidade alguma. Não me surpreendeu, *à posteriori*, ter sido assim. Depois quando fui para a Clínica de Santa Filomena, que os meus pais começaram a construir já eu tinha 6-7 anos, tive aí uma boa história, uma história muito “divertida”. Foi uma história de Carnaval, vestiram-me de *cowboy*, e nessa altura a clínica estava toda em obras, e havia uma zona feita em madeira que dividia dois quartos, o dos meus pais e o meu. Vivíamos no meio das obras e eu então abri a porta que dividia os 2 quartos, puxei de uma pistola de *cowboy* e matei-os aos dois. Tinha uns 7 anos, matei os dois, que se fartaram de rir perante a morte simbólica deles. Mais tarde, percebi que aquilo não tinha graça absolutamente nenhuma.

V S – Tinha sido a realização de um desejo?

CAD – É. Tinha uma zanga contra ambos pela maneira como o mundo a que estava entregue ser um mundo de uma impressionante impregnação sensorial e, muitas vezes, de grande dificuldade de apreensão e de organização de significados. Lembro-me, que aos 7-8 anos, tentei fazer umas asas com lençóis e pôr-me no telhado da clínica e lançar-me cá para baixo, o que é, para todos os efeitos, um equivalente suicidário. Isto mostra como esse período foi turbulento na minha vida e que só terminou, aparentemente, quando aos 9 anos, me é dado um quarto mas que, ainda, esse não era bem meu. Era um quarto dividido com a minha avó, com a mãe do meu pai. Esse quarto dava para a biblioteca do meu pai, o que era fantástico, porque era ali que, como iríamos ver mais tarde, tudo encontrou forma de se resolver. Aos 9 anos comecei rapidamente a entrar em contacto com todos os livros que ele tinha, e por volta dos 10 tinha lido todos os livros dele. Num ano li mais de 700-800 livros. Lia 2-3 livros por dia, numa compulsão de leitura absolutamente inacreditável. Passava horas por dia a ler. Saía da escola e punha-me a ler. Lia inapelavelmente.

Depois o meu tio, o irmão do meu pai, foi para lá viver e estudar medicina e li tudo o que ele tinha e tudo o que ele não tinha.

VS – Vem desse tempo já o seu declarado amor por Shakespeare?

CAD – Sim. E isso deu-me uma visão outra da realidade. Em primeiro lugar, porque nunca encontrei nenhum autor onde, simultaneamente, uma visão filosófica, poética, literária, culta e também metafórica fossem tão presentes. É impensável encontrar hoje um escritor que tenha, em simultâneo, uma capacidade de criar uma linguagem tão densamente metafórica e, ao mesmo tempo, tão capaz de nos abrir a um campo filosófico de interrogação sobre a vida, sobre a morte, sobre o destino, sobre o amor. Shakespeare é único nesse aspecto. E depois é também único na criação da linguagem, porque é preciso não esquecer que Shakespeare muda a língua inglesa. O inglês moderno deve-se, num certo sentido, a Shakespeare. Mais: com ele foi possível de forma inigualável colocar o espectáculo ao serviço da cultura. Hoje aquilo a que se assiste é ao inverso: a cultura ao serviço do espectáculo. A cultura ao serviço do espectáculo produz, tão só, uma evanescência ou uma perda do sentido histórico.

VS – Mas nessa idade havia coisas, certamente, que não entendia, era uma leitura de preenchimento, de evasão, ou havia algum critério?

CAD – Havia um critério porque rapidamente o pedi ao meu tio e, aos 10-11 anos, tinha um critério de leitura. Comecei a perceber que havia critérios, que havia aquilo a que se chamava uma escrita clássica, percebi que havia uma escrita que tinha sido subjacente à escrita, que tinha sido a escrita grega e a escrita romana, mas sobretudo a grega. Depois comecei a organizar uma espécie de hierarquia de leituras, sobretudo dentro da literatura que me foi dada. O meu tio foi-me dando uma espécie de hierarquia de leituras e eu, de bom grado, aceitei-as todas porque, de alguma forma, essa necessidade de organização da realidade era uma coisa que me perseguia desde pequeno. Essa consciência de que há uma continuidade muito grande entre a minha curiosidade intelectual infantil, quase compulsiva, dos 9-10 anos e a minha necessidade de dar nome às experiências mais primárias foi muito rapidamente percebida. Eram-me absolutamente necessárias essas experiências de compreensão e organização da própria realidade. Lembro-me de que quando li, aos 12 anos, *Recordações da Casa dos Mortos* de Dostoiévski, ter percebido aquele mun-

do carceral, prisional, toda aquela textualidade. Ainda hoje acho aterrador, a experiência que eu vivi nos meus primeiros anos de vida, a experiência de viver num mundo de partes do corpo separadas.

VS – Que nome dar a esse mundo escuro?

CAD – Eu vivi num mundo de corpos sesionados, corpos partidos, divididos, premindo que eu lhes desse alguma espécie de significado e que percebesse o que é que se passava, realmente, naquele mundo que era completamente diferente. Nem sequer era o mundo da assepsia cirúrgica de hoje. Na altura via-se tudo: eram os baldes de alumínio cheios de sangue, de pedaços de corpos, que passavam à minha frente de um lado para o outro. Como é que era possível viver no meio daquele mundo? Mais: como é que era possível que os meus pais não entendessem a brutalidade disso? Houve um período em que eu estive profundamente zangado com eles.

Nesse período, fiz muitas coisas quase parassuicidas: aos 3 anos subi ao depósito de água de Coimbra, que era gigantesco, situado por trás da Clínica dos Olivais. A distância entre os degraus era maior do que o meu corpo de 3 anos e consegui subir lá acima e de repente olharam e viram-me lá no alto, minúsculo, vieram os bombeiros e alguém teve o bom senso de não me fazer entrar em angústia, de me ajudar pela palavra, esse alguém foi a minha mãe. Tenho a certeza absoluta que se lá tivessem ido buscar-me, teria caído.

Também por volta dos 2 anos fiz uma “fuga de casa” até à baixa de Coimbra, sozinho. Ou seja, eram claramente manifestações de angústia. Tinha muitas coisas estranhas para uma criança. Não resulta uma criança viver num mundo de bombardeamento sensorial dessa natureza. Só muito mais tarde, alguém me falou de uma experiência parecida. Foi um paciente, filho de um guerrilheiro angolano, do MPLA, que me falou da brutalidade da sua vida em plena guerrilha e do pouco respeito pela morte e pelo corpo. Foi talvez a única pessoa com quem pude ter o sentimento de compartilhar um mundo tão absurdo.

VS – Esse mundo estranho foi, mesmo assim, responsável pelo seu hiperinvestimento intelectual.

CAD – Sim, sem dúvida nenhuma.

VS – Mas, esse hiperinvestimento intelectual não funcionaria também como um mecanismo antidepressivo?

CAD – Sim. De certa maneira, uma luta contra a tristeza, ou contra a desorganização. Mais contra a desorganização.

VS – Na escola, foi um aluno integrado ou apocalíptico?

CAD – Fazia aquilo dentro dos mínimos. Não achava graça nenhuma. A partir de um certo ponto, criou-se uma discrepância gigantesca. Quando acabo a quarta classe, entro para o liceu e estudo coisas que não me interessavam minimamente. A única cadeira que gostava era matemática. Divertia-me a fazer os cadernos de exercícios e chegava ao fim do primeiro período e já tinha feito os do segundo e do terceiro e era a única coisa. De história, já nem me lembro. Era, penso eu, a do Matoso, que era uma coisa que me matava a cabeça. Às vezes, era escolarmente penalizado por alguns excessos e impaciência.

VS – A adolescência pode ser vista, como referiu Meltzer, como um segundo momento de individuação, de construção da identidade, de projecção no seio do grupo de partes do *self* que necessitam de ser projectadas no *gang* para que a organização emocional se faça. Como foi a sua adolescência?

CAD – Posso dizer que fui relativamente equilibrado porque de um lado tinha os meus amigos ligados ao meio intelectual, com quem compartilhava as minhas preocupações intelectuais, políticas e filosóficas e, do outro lado, por razões ocasionais, tinha amigos ligados ao desporto, ao rãguebi – fui jogador de rãguebi muito cedo. Frequentava e dirigia o Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra, circulava nesse meio e ao mesmo tempo jogava rãguebi. Já no segundo ano da Faculdade interessava-me pelo Jazz, pela música clássica e por Brassens.

Vivia em dois mundos completamente diversos. De um lado, um mundo mais ligado ao corpo, a algum gozo físico do desporto e, do outro, um mundo intelectual, integrado num grupo ferozmente crítico, que pouco tinha a ver com a tradição coimbrã. Líamos a *beat generation*, Kerouac e também Faulkner, Virgínia Woolf, Eliot, E.E.Cummings, entre outros autores da literatura norte-americana e inglesa. Tínhamos uma formação cultural paralela, que nada tinha a ver com a formação cultural da chamada esquerda tradicional portuguesa.

VS – Não foi, pois, influenciado pelo marxismo ou pela estética neo-realista dominantes à época?

CAD – Não, mas também não me interessava ainda pelo surrealismo. Li os *Manifestos do Surrealismo* de Breton mais tarde. O que me interessava era o sentido da estrutura da obra literária, a palavra na capacidade de criação de uma outra escrita. A estrutura da subjectividade, tudo isso que encontramos em Proust.

VS – Havia já uma intuição da importância das diferentes abordagens do imaginário?

CAD – Claro. Nunca fui permeável a um mundo estalinista, nem jadenovista, nem ao mundo neo-realista, nunca fui permeável a esse tipo de cultura, nem de estética. Achei-a sempre feia, sem graça. Nunca fui permeável aos grandes pintores neo-realistas ou de tipo neo-realista, e nem estou a falar só dos portugueses. Sempre tive uma profunda distância crítica em relação a esse tipo de obra, ligada às massas, à revolução, à mudança e sempre achei que uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Nos finais de 60 e princípios de 70 estava mesmo convencido, se me perguntassem o que é que seria politicamente, que seria aquilo que se poderia designar de um social-democrata sem partido. Não tinha nenhuma visão político-partidária, não tinha nenhuma simpatia pelo PC, não tinha nenhuma simpatia pelos partidos à esquerda do PC, se tivesse alguma simpatia seria pelos partidos que à direita do PC se constituiriam, como os partidos socialistas europeus ou os sociais-democratas. A descoberta de um ponto de vista político é tardia, quando já estou no fim do curso de medicina, a partir da crise de 69, quando descubro a esquerda à esquerda do PC. Descubro o primeiro Marx, o dos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, o da *Ideologia Alemã*, o das *Teses sobre o Feuerbach*. Descubro também a *Internacional Situacionista* e como muitas vezes me aconteceu, à boa maneira da parte obsessiva da personalidade, enquanto não li tudo não descansei.

VS – E o seu interesse pela medicina?

CAD – Foi uma escolha pragmática. Porém quando fui para medicina, não queria ser médico, queria ser psiquiatra. Quando cheguei ao 7º ano do liceu pus o meu pai perante duas alternativas: ou ia para Paris

estudar jornalismo (não havia em Portugal nenhuma escola para estudar jornalismo) ou ia para medicina para ser psiquiatra. Podia ter sido uma daquelas pessoas que entra para medicina e depois a meio do curso descobre que o que quer é ser cirurgião, ou obstetra, até porque na família seria isso que seria lógico, que faria dinheiro. Mas não, eu queria ser psiquiatra. Porquê? Porque os mistérios da cabeça interessaram-me muitíssimo a partir de um certo ponto e o contacto com alguns textos de Freud foi determinante. Quando li pela primeira vez os *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* achei essa obra, paradoxalmente inebriante e decepcionante, “mecanicista”. Apesar de tudo, era o melhor que eu tinha lido até aí sobre o problema da sexualidade e explicava-me muitas coisas da minha própria sexualidade infantil e muitas outras ligadas ao meu próprio mundo infantil, o que me ajudou. Lembro-me “ingenuamente” de ter pensado que se podia escrever melhor, ou dizer melhor, sobre o tema. Descobri mais tarde que Freud se encarregou ele mesmo de o fazer.

VS – Essa vocação precoce de ser psiquiatra, não encobriria ela, de forma latente, um desejo autocurativo?

CAD – Havia, talvez, um desejo autocurativo.

VS – O curso de medicina é muito organicista, não sustentando uma visão holística do sujeito.

CAD – Na psiquiatria não e sim. Tive ainda o privilégio, quando fiz psiquiatria, de estudar grandes pensadores. Barahona Fernandes, por exemplo, era um homem que pensava filosoficamente a vida. Quanto mais não seja, podíamos-nos opor a eles.

VS – E nesse aspecto há uma tradição, em Portugal, desde Egas Moniz, Sobral Cid e Diogo Furtado que se interessaram bastante por Freud, e até fora do meio neurológico e psiquiátrico, autores como Abel de Castro e mesmo Fernando Pessoa.

CAD – Exactamente. Mas para além disso, havia pensadores fundamentais, como Karl Jaspers. O estudo da fenomenologia na psicopatologia geral foi fundamental na minha formação psiquiátrica. Actualmente, há pouca preocupação com a compreensão do que é um fenómeno psíquico. Na altura sim. Não interessava tanto saber quadros



clínicos, interessava sim a compreensão do que é um fenómeno psicológico, uma ideia patológica, uma alucinação, como compreendê-los, como torná-los visíveis, à luz de um determinado processo do saber. Isso marcou toda a minha geração, assim como marcou toda uma geração psiquiátrica anterior à minha, em Portugal e fora de Portugal. Em França, Lacan tinha um apreço extraordinário pela fenomenologia alemã e pelo saber fenomenológico.

Eu tive uma paixão pelo Schneider, pelo Jaspers ou pelo Klaus Conrad, pelo que tinham trazido de original para a compreensão do psiquismo humano. Mas, *A Esquizofrenia Incipiente* de Klaus Conrad é um livro que hoje ninguém lê. Lembro-me da paixão que tinha pela leitura dos livros destes autores que me apaixonaram talvez mais que certos livros de psicanálise que senti na época *muito mecanicistas*, como uma espécie de procura de uma grande chave que resolvesse todas as questões. Em Conrad, encontrava uma outra perplexidade, quando descreve os primeiros momentos da esquizofrenia: o treme, o sentimento da perplexidade do psicótico como alguém que antes de abrir a cortina do palco sabe que há milhares de pessoas que estão lá do outro lado, para o verem, e ele tem a sensação do olhar de toda a gente em cima dele, e depois da apofania, do apocalipse e do conceito de *nastrofé*. Estas descrições de Conrad são essenciais, de uma beleza e estética extraordinárias, que eu não encontrava na maior parte dos psicanalistas. Aí reconheço que alguma psiquiatria teve em mim, no bom sentido do termo, um efeito extraordinariamente perplexizante. Outra, de natureza mais biológica, teve um efeito mais empobrecedor. A psiquiatria biológica tinha pouca importância, não é que se fizesse menos psiquiatria biológica do que se faz hoje, o que é uma coisa paradoxal. Já existiam neurolépticos, antidepressivos, por exemplo a *cloroimipramina* e a *imipramina*. O que é curioso é que nos psiquiatras ditos de orientação biológica, a esperança messiânica de que a questão da depressão, por exemplo, se resolvesse com a introdução de um antidepressivo, era nula. Nunca tive o sentimento, mesmo naquela escola que eu frequentava, que era a escola de Coimbra, de que houvesse uma espécie de convicção messiânica de que a cloroimipramina, por via endovenosa, e com subida progressiva no soro, fosse resolver o problema de todas as depressões. Ou que as depressões se esclareciam e se esgotavam no problema da serotonina. Isso era impensável até por uma razão: a maior parte das pessoas que se interessavam por psiquiatria no meu tempo, a geração que se interessava por psiquiatria em Lisboa, no Porto, ou em Coimbra,

eram pessoas críticas, inteligentes e cultas. O que rapidamente caiu em desuso, ou seja, rapidamente o número de pessoas que se interessam pela psiquiatria e que não se interessam minimamente pelos fenómenos psíquicos aumentou extraordinariamente. Uma geração que se interessou verdadeiramente pelo mundo e também se interessou pela psiquiatria; isso foi algo de finais dos anos 60-70 e parte dos anos 80. Depois disso, entrou claramente em queda.

VS – A crítica à psiquiatria, à sua função e à própria psicanálise são concomitantes ao seu desenvolvimento histórico. Karl Kraus, em Viena, foi um arauto crítico do discurso freudiano. Nos anos 70, a problematização ideológica das narrativas psicopatológicas adquiriu um enorme relevo. O pensamento estruturalista francês vai acentuar, decisivamente, a dimensão histórica da construção social da doença. Michel Foucault entre outros, questiona a nosografia e política psiquiátricas e o seu papel normativo no discurso ocidental e na *praxis* do poder.

CAD – É verdade. Sobretudo em dois livros fundamentais *A História da Sexualidade* e *A História da Loucura*, dois livros absolutamente marcantes na “desconstrução” de um certo tipo de saber.

VS – Numa outra vertente os anos 70 e 80 foram também marcados, dentro da psiquiatria, pelo movimento de contestação radical ao saber psiquiátrico que teve os seus paladinos em David Cooper R. Laing em Inglaterra, Franco Basaglia em Itália e sobretudo T. Szasz nos Estados-Unidos, professor de psiquiatria e autor de obras polémicas como, entre outras, *Mito da Doença Mental*, *Ideologia e Loucura*, *Teologia da Medicina*. Tiveram alguma influência em si?

CAD – Não. Esse movimento não teve em mim influência nenhuma. Assim como tinha uma grande distância crítica em relação a qualquer espécie de messianismo que viesse pela área da psiquiatria biológica, também achava que era completamente aberrante imaginar que qualquer influência social, fosse ela qual fosse, levava o sujeito à distorção da percepção da realidade, como um psicótico distorce a realidade. Considerei sempre o discurso de Cooper e da anti-psiquiatria, completamente *non sense*, nunca me entusiasmarei minimamente. Já o mesmo não digo de Szasz, pois Szasz era um homem que, apesar de tudo, tinha alguns constructos conceptuais que não

tinham a ingenuidade militante de Cooper. Era um homem que tinha um outro tipo de elaboração. Para já não falar de Kraus cuja dimensão é clássica, ou de Foucault, cuja dimensão é imensa. Penso que ainda nem nos apercebemos da importância de Foucault e não sei o que é que seria do nosso mundo, do nosso tempo, se não tivesse havido uma obra como a de Foucault. Não sei se a obra de Foucault, neste momento, não terá uma importância muito mais organizadora como crítica do pensamento psiquiátrico, que toda a obra psicanalítica. Não digo dentro do meio psiquiátrico evidentemente, digo fora do meio psiquiátrico, pois a obra de Foucault é muito lida nos países anglo-saxónicos. Neste momento há uma redescoberta da obra de Foucault e compreende-se que *A História da Loucura* seja, sem dúvida, o melhor antídoto a um pensar pós-kraepeliniano, mais do que a um pensar pós-freudiano. Se uma freudiana é criticada naquela obra, com certeza muito mais o é, implicitamente, toda uma kraepeliniana. Toda uma estrutura do pensar, da doença mental, em que problemas elementares como a relação entre o problema da lógica, da razão e construção da relação entre a razão e a loucura, não estão implicados num discurso, nem no discurso contemporâneo. A obra singular de Foucault é incontornável e surpreende como alguns psicanalistas pensam que não o é. São também incontornáveis outros autores, desse tempo: Derrida, Deleuze, Blanchot, Bataille ou Roland Barthes. Todos têm uma grande importância na construção de uma outra forma de saber, que é fundamental no nosso tempo. Todos eles marcados por Nietzsche e pela visão nietzschiana do mundo, visão esta que não está assim tão distante da visão freudiana. É outra forma de criar um pessimismo sobre a realidade e uma outra visão pessimista do mundo; são todos pensadores profundamente nietzschianos.

VS – É psiquiatra, psicanalista ou *um comentador do mundo*?

CAD – Penso que sou as três coisas. Sou psiquiatra, em primeiro lugar tirei a especialidade de psiquiatria, faz 30 anos que sou psiquiatra. Em 2006, fará 30 anos que fui membro candidato da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, o que mostra também que uma carreira estava ligada à outra, ou seja, fiz uma coisa ao mesmo tempo que fiz a outra. Fiz a formação psicanalítica ao mesmo tempo que a formação psiquiátrica; não fui capaz nunca de distinguir uma coisa da outra e fui, muitas vezes, psiquiatra e ainda hoje faço muitas vezes psiquiatria, quando é preciso, quando acho que é necessário medicar um

paciente, medico um paciente. Porque é que não hei-de fazê-lo? Não tenho disso nenhuma visão religiosa, escatológica. A minha intervenção psiquiátrica tem um princípio, um meio e um fim, não tenho nenhuma ilusão de que possa ir mais longe. A minha intervenção como psicanalista já é outra coisa, embora não tenha, diga-se de passagem, uma grande expectativa. Como psicoterapeuta, tenho alguma expectativa terapêutica, como analista não tenho expectativa terapêutica nenhuma. É uma coisa que eu verifico ao fim anos. Todos os casos nos quais tive grandes sucessos terapêuticos foram os casos em que nunca tive expectativa de sucesso terapêutico nenhum. Freud tinha, neste aspecto, absoluta razão. Blanchot também fala de uma espécie de *neutro* que vai no mesmo sentido. Isto é, os pacientes onde não tive expectativa de cura, de os tratar, tinha a expectativa apenas de os analisar, esses foram os que correram sempre melhor.

VS - Trabalhou em Coimbra e há tempos disse que uma das coisas de que mais se arrependia era de ter ficado em Coimbra até aos 46 anos.

CAD – É verdade. Nunca fui propriamente uma personagem que se pudesse localizar naquele tipo de mundo fechado, em que revejo o mundo do período de latência que, aliás, também encontro em Lisboa, mas é menos visível; quer dizer, se eu for jantar a um sítio bonito, ninguém vai dizer que eu sou monárquico. A minha geração nos anos 60, em Coimbra, era assim. Um sujeito que vestisse um *blazer* era monárquico. Era um mundo dividido de uma forma caricata. Havia os cafés da Praça da República que eram frequentados por *x* tipos de pessoas, que diziam *x* tipos de coisas, que pensavam *x* tipos de patéticas, nas quais se uma pessoa não se enquadrasse não se podia enquadrar em lado nenhum. Eu não fazia parte daquele mundo.

VS – Coimbra está habitualmente associada, por um lado, à importância histórica da sua Universidade, e aqui teríamos de discutir qual o papel da Universidade na Europa depois do Renascimento.

CAD – Exactamente, que não foi nenhum.

VS – E por outro lado, a um certo provincianismo que não é só de Coimbra, mas de Portugal.

CAD – É! “Ó Portugal, se fosses só três sílabas/de plástico, que era

mais barato!”. Coimbra representava isso no pior estilo. Porque quem chegava ao poder universitário, quem se doutorava, era uma certa ruralidade, diferente de uma certa urbanidade que se doutorava e chegava ao poder na Universidade de Lisboa. São duas universidades diferentes, apesar de serem ambas marcadas pelo provincianismo.

VS – Portugal não é cosmopolita?

CAD – Portugal não é cosmopolita. Uma das provas de que Portugal não é cosmopolita são os 400 anos de *Dom Quixote de la Mancha*. Os espanhóis aplicaram imenso dinheiro na feitura de óperas, exposições. No Natal, o *Dom Quixote de la Mancha* foi *best seller* no Chile e na Argentina. Isso não quer dizer alguma coisa? Vão agora aplicar milhões de euros na produção de obras musicais e exposições sobre o Dom Quixote, sobre Cervantes. Nós não temos essa dimensão cosmopolita da obra, não temos nenhuma figura mítica que represente a alma portuguesa. Nós não temos amor, não temos a capacidade da ousadia, do arrojo. O *Dom Quixote de la Mancha*, obra que eu amo, é uma obra maníaco-depressiva. Se aquela obra representa alguma coisa, do ponto de vista ideológico, e o Unamuno não é por acaso que fala disso, ela provavelmente representa o lado sombrio, ideológico, de uma contra-reforma radical, de uma luta contra qualquer espécie de realidade, que é própria da alma hispânica. Os espanhóis de todos os quadrantes percebem isso. Nós não temos essa capacidade. Não temos, porque para se ser cosmopolita, tem que se ser nacionalista. Quem descobriu o Fernando Pessoa não foram os portugueses, ao contrário daquilo que a maior parte das pessoas dizem. Quem descobriu Fernando Pessoa foram as universidades estrangeiras, foi fora de Portugal que ele foi descoberto. Se não fosse assim, nunca mais nos importávamos com ele. Nós não temos essa ligação à cultura, à tradição portuguesa. Nós não temos essa capacidade de amar a nossa cultura.

VS – O português oscila entre uma espécie de mitificação do seu passado, por exemplo a propósito dos Descobrimentos, e a extrema desvalorização de si mesmo. Para já não falar da nossa inveja constitucional.

CAD – Eu não mitifico nada porque acho que na Europa ninguém sabia quem nós éramos. Sabiam quem eram os espanhóis, sabiam lá quem eram os portugueses!

VS – Há um momento de inspiração nos Descobrimentos.

CAD – Eu vejo-os mais como uma coisa ibérica, da alma hispânica no seu todo. Não vejo isso separado Portugal/Espanha. Nunca vi a coisa manuelina como separável da coisa isabelina. Fez parte de um movimento da Península Ibérica. Se houve um momento em que o nosso império da Europa teve dimensão, foi com o tempo dos Filipes. Qualquer historiador dirá isso. Foi quando Espanha deu mais dimensão ao Brasil, do que nós alguma vez lhe demos.

VS – Nesta deriva sobre a questão do Dom Quixote, não podemos esquecer que o Dom Quixote é uma obra que ultrapassa a Espanha. Ultrapassa a Espanha na medida em que coloca mitos ocidentais.

CAD – Coloca todas as questões dos grandes mitos e até da lucidez do homem, no fim.

VS – E da questão nuclear que é a relação com o real.

CAD – Claro. Porque Dom Quixote tem uma dimensão épica e ao mesmo tempo uma dimensão irrealista porque tudo pelo que luta são coisas que não existem. E ao mesmo tempo, no fim da vida, ele sabe que elas não existem e a sua lucidez é impressionante quando ele regressa à sua terra natal. É tão impressionante a sua lucidez como é impressionante o carácter intrépido da sua luta contra os moinhos de vento. Não encontramos em nenhum ponto da literatura, uma figura como Sancho Pança. Como é caricatural, única e singular a figura de Sancho Pança!

VS – E também a questão da amizade.

CAD – Uma coisa homossexual assumida, entre os dois. Com toda a permissão, a aceitação que Sancho Pança fazia da loucura do seu patrão, e reduzido, sempre caricaturizado: gordo, com o seu burro, com o seu asno; o outro com o seu cavalo. É fantástico.

VS – Portanto, diz-me, a propósito de Coimbra e a propósito de Cervantes que, no fundo, é importante o sítio onde nascemos.

CAD – É trágico. O que é que faltou a Eça de Queirós para ser tão

grande ou maior que os grandes romancistas franceses, ingleses do séc. XIX? Nada! E o que é que lhe falta ainda? Falta uma política à volta da obra do Eça. Existem círculos queirosianos, mas a divulgação massiva da obra de Eça de Queirós fora de Portugal nunca foi feita. Quem se interessou por isso? Nós não nos interessámos. Penso que se deve ao Brasil eles terem posto o Eça no mapa da literatura muito mais do que nós, tal como aconteceu com Fernando Pessoa. Nunca vi ler tanto Fernando Pessoa, como no Brasil. Comecei a ir lá nos anos 80 e ía a casa de um amigo meu jantar e, à noite, inevitavelmente, alguém lia Fernando Pessoa. Em casa dos meus amigos em Lisboa, ou pelo resto do país, ninguém lia Fernando Pessoa. Isso espantou-me. Nós devemos mais aos leitores brasileiros a descoberta pessoana do que a nós próprios, porque a descoberta que os brasileiros fizeram de Fernando Pessoa deu-lhe uma dimensão de legibilidade que nós não lhe demos. Eles lêem-nos e redimensionam-nos.

VS – É interessante esta sua invectiva contra a miséria da portugalidade *versus* a grandeza hispânica ou “brasíliana”.

CAD – Pois, com certeza.

VS – E a nossa alma aqui sempre triste, sempre triste...

CAD – Sim, com certeza.

VS – Parece ser também um traço do próprio discurso intelectual sobre o nosso país. Até que ponto não há, em nós, um lado depressivo que se vai reflectir no nosso extremo lirismo, ou no fado?

CAD – O fado é uma canção de escravos que existiam no Brasil, congolezes, que foi importada pelas cortes portuguesas que a trouxeram para a Europa, fazendo dela uma canção pseudo-nacional, atravessada por uma certa plangência. Não acho graça nenhuma ao fado.

VS – Queria voltar um pouco à sua vida. Falar da vida, como nos poemas de Herberto, sem falar do amor, da morte ou da paternidade é um pouco difícil?

CAD – É impossível. A minha vida privada tem muito pouco de singular. Já a paternidade é trabalhosa. Existe um fundo metabiológico que

nos retira completamente o sentido crítico perante os filhos. A existência deles, enquanto produto biológico de nós próprios, retira-nos sentido crítico, não nos dando a capacidade crítica que temos perante as outras pessoas. Não conseguimos, eu pelo menos não consigo olhar para os meus filhos com a mesma objectividade com que olho para a vida em geral. Tenho mais tendência a perdoá-los, a aceitá-los, a conviver com eles tal como eles são.

VS – Foucault dizia que não sabia nada da sua vida porque não sabia sequer o dia da sua morte. Como é que lida com a ideia da morte?

CAD – Gostava de ter uma posição mais tranquila em relação à ideia de morte e não tenho. Hoje em dia, a morte é uma coisa que não existe. Ninguém mais morre de morte natural, logo a morte não existe. Antigamente, hoje não, morria-se de morte natural quando velho. Morre-se de insuficiência cardíaca, morre-se de doença cárdio-vascular. Até agora a única forma de nos emanciparmos da morte, da naturalidade da morte, era através dos feitos, como Sócrates com a filosofia, ou Einstein com a ciência, ou Freud com a psicanálise, mas era a obra que emancipava, ou então acreditava-se numa vida para além da morte, se se fosse religioso. Agora não. Agora há um cientismo que diz que toda a morte não é natural, a morte é devida a uma coisa não natural: uma insuficiência cardíaca ou uma insuficiência respiratória, o que quer dizer que, a prazo, não haverá morte. A mensagem subjacente ao cientismo do nosso tempo é que a prazo a angústia mortalista da espécie será resolvida porque não haverá morte. Portanto, a imortalidade ganhou o estatuto, não a partir da religião, nem a partir da imortalidade simbólica que é a imortalidade daqueles que se vão, pela lei da morte libertando, como diria Camões, mas pelo próprio exercício do cientismo, que vai retirando a morte à sua própria naturalidade, à relação entre vida e morte como factos naturais, atribuindo a morte a factos que são *estranhos-cénicos* à condição da natureza. É porque a natureza disfunciona que se morre, se ela funcionasse não se morreria. Há uma promessa de imortalidade presente na ciência de hoje. Está-se a criar uma dimensão da morte que é a dimensão da imortalidade do homem perante a morte. É a diferença radical que há entre o morrer e o estar morto. Nós morreremos por doença, mas o estarmos mortos é uma coisa que se tornará dispensável em termos de pensamento.



VS – Este advento, elidindo o *dasein heideggeriano*, não nos infantilizará, preparando-nos para a morte? Afinal, como poetizou Shakespeare, *somos apenas grãos de areia que se agitam antes do sono*.

CAD – Com certeza. Hoje em dia, o número de pessoas que morre fora dos hospitais é baixíssimo, apenas 20%; e morre-se dentro dos hospitais com um diagnóstico médico! Não se morre da morte, morre-se de uma doença. É fantástica esta separação entre a ideia de morrer e o facto de estarmos mortos que é própria da nossa cultura. Ela irá criar a ideia de imortalidade ligada a um cientismo triunfante que é a última ilusão narcísica que a espécie pode criar sobre a sua condição mortal. Este mundo que se abre perante os nossos olhos é um mundo em que se discute o problema da imortalidade com as histórias das clonagens que nos prometem que um dia se terá o seu duplo e jamais se morrerá. O problema é que tudo isso é de somenos perante uma filosofia de um mundo onde a morte não tem lugar, e é por causa disso justamente que não se lêem mais os filósofos onde a morte está presente. Heidegger é um filósofo praticamente não lido. É um filósofo que as pessoas deixaram de ler. Porquê? Porque a condição da relação central à morte deixou de ter lugar. É um filósofo postergado, simplesmente porque a morte deixou de ser um fenómeno interessante.

VS – Pensa que há aí uma espécie de simulacro da própria ciência? Na ficção científica havia a questão da criogénese, do congelamento, para mais tarde ressuscitar, reviver, e isso é levado hoje à prática, de uma maneira quase enlouquecida, transformando-se num produto profundamente ideológico.

CAD – Com certeza que se transformou mesmo num produto ideológico. A imortalidade é hoje um produto ideológico por excelência. E a morte da religião não acontecerá, ao contrário do que se pensa, pelo agnosticismo que irá tomando conta do desenvolvimento, mas pelo triunfo de uma nova forma de religiosidade que é o cientismo.

VS – A saúde substitui a religião? Ou antes: a ideia de saúde contemporânea substituiu a antiga ideia de salvação?

CAD – Exactamente.

VS – A saúde substitui a religião, neste aspecto mais metadiscursivo em que estamos a falar e por outro lado, também é substituída pela economia ela-própria, como neo-religião, levando à desvitalização do homem consigo próprio e com o tempo.

CAD – Exactamente. A economia e a saúde, sem dúvida nenhuma. Estou inteiramente de acordo com isso. Os padres andaram aflitos, com medo dos ateus, quando os grandes inimigos deles seriam aqueles que, de uma forma subreptícia, foram introduzindo outro tipo de discurso sobre aquilo que já não pode ser falado. Diz a igreja: os mais felizes dos vivos são os mortos. Mas não se pode dizer assim: ele já lá está porque Deus deu-lhe uma insuficiência respiratória! Não se pode dizer isso. Criou-se uma espécie de vício de raciocínio. Ele já lá está entre Deus, ao pé de Deus, porque Deus deu-lhe uma insuficiência cardíaca na hora certa, e não estava no hospital na hora certa e não tomou a *coramina*

VS – Flaubert no leito da morte, parece ter dito: “Eu estou a morrer como um cão e essa puta da Bovary vai ficar”; ora, a Bovary ficou.

CAD – Isso é o desespero dos mortais. O que penso é que mais uns anos e o Flaubert diria: “Eu estou aqui mal, porque não me deram o antibiótico x. Se me tivessem dado, eu teria durado mais 10 anos.”

VS – Isso também nos coloca a questão da relação com o sofrimento e a dor, esta questão da dificuldade de sofrer, da *diástase* contemporânea.

CAD – Sim, é uma coisa gravíssima. Vimos a hipocrisia do nosso tempo com o mais recente *tsunami*. Morreram 165 mil pessoas. No entanto, na União Europeia, bastam dois anos e pouco, para termos o mesmo número de mortos por suicídio que o número de mortos provocados pelo *tsunami*. Suicidam-se 58 mil pessoas por ano. 15% dos doentes deprimidos suicidam-se; 50 e tal por cento fazem uma tentativa de suicídio. Então e essa dor surda, que mata? Quem é que se importa com essa morte a conta-gotas? Fez-se um espectáculo obsceno com o *tsunami*, quando, numa certa perspectiva, até não foi assim tão mau para a espécie no seu todo. No entanto, sabe-se que a terra ficou mais redonda, os pólos deslocaram-se 2 cm em relação à calote e pela diminuição da pressão interna a possibilidade de um

grande sismo continental diminui, porque um sismo no mar é menos devastador; em terra, teria havido muitos mais mortos. E o que é que fazemos perante os 58 mil suicidas anuais?

VS – Temos de abordar aqui a espectacularização do mundo e da comunicação. Como proclamou Karl Kraus: “aquilo que não foi destruído pela peste, sê-lo-á pela imprensa.”

CAD – Claro! Porque uma coisa é o sismo, outra coisa é o tele-sismo. Realmente, se houvesse tele-suicídios diários, se 58 mil suicidas se tele-suicidassem, isso seria um enorme pânico. Há números, ainda piores: 3 milhões e meio de crianças morrem, todos os anos, vítimas de pneumonia. Custaria 25 cêntimos salvar cada uma. Que importância damos a isso? Nenhuma! *A nossa relação com a dor é uma relação mediatizada por um conjunto de imagens, que nos distorcem e nos fazem mentir sobre a própria dor de viver.*

[Lisboa, Março de 2005]